

PORTUGAL É O MAR*

Avelino de Freitas de Meneses**

1. A Europa, Portugal, os Açores e a acção do mar

No dealbar deste novo século, o mundo é uma contradição. Por um lado, o progresso da globalização extermina identidades e culturas. Por outro lado, a irrupção dos localismos evidencia pequenas identidades e pequenas culturas. Na teoria, busca-se o entendimento. Na prática, sobressai o desentendimento. Entre a proclamação daquilo que é universal e a defesa daquilo que é local não sobra, aparentemente, espaço para a dimensão nacional. Porém, na velha Europa, assistimos ao nascimento de uma infinidade de pequenas nações, resultante da decomposição da utopia comunista. Entre estas pequenas e jovens nações, mas também entre os países de maior referência - a França, a Inglaterra, a Espanha, a Alemanha e a Itália - Portugal é uma excepção. Na Europa, seguramente! Mas, quiçá, também no Mundo!

Portugal é das nações mais antigas e melhor unificadas. A história do País é um processo de esbatimento de diferenças e de consolidação de afinidades, que evolui até à uniformização dos nossos dias. Não admira, pois, que a interiorização deste sentimento de unidade nacional inviabilize os intentos de regionalização, por falta de tradição histórica e por escassez de adesão popular. A união dos portugueses é, entretanto, um património inestimável, pois constitui a melhor garantia da paz.

* Conferência proferida no Palácio dos Capitães-Generais em Angra do Heroísmo, a 10 de Junho de 2006, na Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, promovida pelo Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

** Reitor da Universidade dos Açores.

Sem uma base étnica comum, sem uma geografia específica e sem uma cultura peculiar, a génese e a construção de Portugal são um enigma. Ao princípio, numa identificação decidida, demorada e custosa. Depois, no cumprimento de uma missão universalista, talvez que fugaz, mas que projectou a Europa no Mundo. Agora, para possibilitar um honroso retorno à Europa, que nos assegure o respeito do Mundo. Em todos estes tempos, os portugueses só dispuseram de um instrumento, concretamente da utilidade ou, talvez melhor, da utilização do mar. Aliás, pouco depois da consolidação da independência, o epicentro do país transita da Metrópole para o Ultramar, aí permanecendo pelo menos até à libertação do Brasil em 1822, porventura até ao colapso do império africano em 1974.

Pela pequena dimensão territorial, pelo reduzido efectivo demográfico, pela escassa produção de riqueza e até pela representação política, que só alcança dignidade nos últimos 30 anos, aos Açores estaria reservado o desempenho de um papel secundário na história de Portugal. Com uma história mais curta do que a história do País, as ilhas exerceram um papel decisivo no passado de Portugal. Com uma história mais curta do que a história do País, as ilhas exercerão um papel decisivo no futuro de Portugal. No passado, foram o sustentáculo da expansão de Portugal no Mundo. No futuro, serão o amparo do brio de Portugal, na reabertura da Europa ao Mundo. Tudo isto acontece também por força do mar, que é verdadeiramente a razão de ser dos Açores!

No fim da Idade Média, é a necessidade de conhecimento do mar que motiva o descobrimento das ilhas. Com efeito, a ameaça do Islão obriga a Europa à exploração do Atlântico, que principia com o desvendar da costa africana e com incursões nos arquipélagos fronteiros, nas Canárias, na Madeira e nos Açores. Nas Idades Moderna e Contemporânea, é a relevância do mar que provoca o realce dos Açores. Em virtude de uma posição geográfica de privilégio, determinada pelas condições da natureza e pelo carácter da navegação, as ilhas assumem grande importância nas relações transatlânticas, quando o domínio dos oceanos equivale ao meio de engrandecimento dos estados.

O mar português, mais do que o mar do passado, será o mar do futuro. Hoje, conserva uma importância inquestionável, como instrumento de acção política, como fonte de inúmeros recursos. Para a União Europeia, demasiado continentalizada, depois do mais recente alargamento, que possibilitou a inclusão de 10 países do centro e do leste, e muito constrangida, face à preponderância dos Estados Unidos, a ocidente, o enigma da Rússia, a oriente, e a força do Islão, a sul, o mar português é o

meio de libertação da Europa. Para Portugal, que agora busca na Europa os recursos que outrora lhe foram sonegados pelo Império, o mar é a nossa maior riqueza, o mar é a nossa reserva estratégica. Por isso, a defesa do mar é uma prioridade nacional.

No passado, o mar português compreendia o leito e as margens do Atlântico, o corredor do Índico e as escalas do Pacífico. Agora, a situação é bem diversa! Na actualidade, o mar português é sobretudo um mar açoriano. Assim, no futuro, às ilhas cabe uma missão na história de Portugal idêntica ou superior à de outrora.

2. O mar na história de Portugal

A influência do mar é determinante no suceder histórico da Nação. Todas as épocas da história de Portugal, do nascimento, ao apogeu, à decadência e às tentativas de regeneração, dependeram da influência do mar, melhor dizendo da conquista ou da perda de domínio no mar.

A origem e a diferenciação de Portugal acontecem entre os séculos XI e XIV. Aliás, José Mattoso, no livro *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*, situa o aparecimento e a afirmação da nação entre 1096 e 1325. 1096 é a data da fundação do Condado Portucalense, que é a semente de Portugal. 1325 é o ano da morte de D. Dinis, que implementa um programa de organização e de desenvolvimento. A identificação do País deriva principalmente de três experiências: o combate aos mouros, a sul, a ameaça dos castelhanos, a leste, sobretudo a atlantização do povoamento, fruto da omnipresença do mar, que suscita a individualidade portuguesa no seio dos povos peninsulares. Em 1385, é a vitória de Aljubarrota que, entretanto, equivale à conquista da plena maturidade, pois salvaguarda a soberania de Portugal, após um tempo de disputa do trono pelo rei de Castela. É, de facto, em finais do século XIV que na Península Ibérica, uma pelo carácter da natureza, se reconfirma a independência política de um rectângulo geograficamente artificial.

Após o tempo da identificação, o apogeu de Portugal sobrevém nos séculos XV e XVI, fruto de um misto de estímulos externos e de condições internas, que justificam o pioneirismo lusitano na abertura do Mundo. Entre os estímulos externos, avultam o crescimento dos séculos XI a XIII, de todo incompatível com o cerco do Islão, desde a Ásia Menor até ao Norte de África, que impede a correspondência entre o Ocidente e

o Oriente, e a crise geral dos séculos XIV e XV, traduzida na multiplicação das fomes, das pestes e das guerras, que exige a busca de soluções fora do quadro da velha Europa. Entre as condições portuguesas, sobressaem as implicações da revolução de 1383. No quadro político-administrativo, a estabilidade e a unificação. No domínio sócio-económico, a ambição da nova nobreza, a iniciativa dos mercadores urbanos e o assentimento dos povos. No âmbito cultural e religioso, o espírito de aventura, que atrai cavaleiros portugueses às contendas europeias, o gosto pelo desconhecido, que chama estrangeiros às conquistas e às descobertas portuguesas, e a motivação do cristianismo, que em simultâneo suscita o empenho dos puros e dissimula o interesse dos cínicos. A tudo isto, ainda acresce o papel das individualidades, sobretudo os filhos de D. João I, talvez que liderados pelo infante D. Henrique.

Para Portugal, a nossa expansão ultramarina equivale à conquista da máxima projecção na Europa e no Mundo, uma consequência da exploração dos mares, que permite a construção do Império. É, por isso, que Eduardo Lourenço afirma que à excepção da Macedónia e de Roma, na longínqua Antiguidade Clássica, “...poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou um direito tão claro a ser tido por grande”¹. Para a Europa, a nossa expansão ultramarina corresponde à libertação de um isolamento milenar, sob o jugo do Islão, e faculta a transformação de uma cultura continental e mediterrânica numa vivência intercontinental e transoceânica. Para o Mundo, a nossa expansão ultramarina assinala o advento de uma nova era da história da Humanidade, a dita Idade Moderna, caracterizada pelo esboço da unidade do planeta, próprio da primeira globalização.

O apogeu de Portugal nos séculos XV e XVI gera, entretanto, um paradoxo, que acarreta factores de instabilidade e talvez germes de decadência. Trata-se do contraste entre a grandiosidade do Império e a pequenez do Reino. Na Europa, os impérios eram apenas os complementos e as metrópoles inequivocamente as essências. Em Portugal, a Metrópole era como que um complemento da essência do Império. Nestas circunstâncias, a estabilidade e o progresso do País repousam perigosamente na dependência externa, isto é, na evolução imprevisível das conjunturas marítimas e coloniais.

Após o tempo do furor, quando “o rei de Portugal parecia um daqueles soberanos das lendas, possuidores de tesouros sem fim”, como

¹ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Povo Português*, Lisboa, D. Quixote, 1978, p. 22.

diria Lúcio de Azevedo², sobrevêm a decadência do País, logo por meados do século XVI, em consequência das adversidades ultramarinas, por exemplo, o recuo no Norte de África, a concorrência no Oriente e a disputa do Brasil. Aos olhos dos grandes, a crise de Portugal diverge da prosperidade de Espanha, agora considerada o bastião da defesa do monopólio ultramarino dos povos peninsulares. Esta convicção motiva a aproximação das cortes de Lisboa e de Madrid, traduzida na celebração de matrimónios, que faculta a possibilidade de reunificação da Península Ibérica, agora apenas dependente do incidental sucessório. E, inevitavelmente, a questão dinástica acontece! Vislumbra-se, logo em 1557, à data da morte de D. João III, desprovido de sucessão directa, o que coloca a salvaguarda da independência à conta de um neto de tenra idade. Estala, verdadeiramente, em 1578, por altura do desaparecimento do jovem monarca D. Sebastião em Alcácer-Quibir. Confirma-se, em absoluto, por força do falecimento, naturalmente sem descendência, do cardeal-rei D. Henrique. Além disso, a crise da sucessão consagra a legitimidade de Filipe II de Espanha, que era neto de D. Manuel I, genro de D. João III e tio de D. Sebastião, e que ainda beneficiava do arrimo da corrupção, da força das armas e da simpatia dos poderosos. Após 5 séculos de separação, talvez artificial, ocorre a reintegração, talvez natural, de Portugal na grande Hispânia. O poeta açoriano Antero de Quental considera a União Ibérica a morte de Portugal. Por acaso, o facto até coincide com o óbito de Luís de Camões, autor de *Os Lusíadas*, a epopeia que imortaliza os descobrimentos, afinal a idade de ouro de Portugal.

Na história de Portugal, a ideia de decadência nasce na transição do século XVI para o século XVII, em virtude do decréscimo da influência portuguesa nos mares. O mar, que tinha sido português, deixava inclusivamente de ser ibérico, transitando para o domínio dos concorrentes do Norte, os holandeses, os franceses e finalmente os ingleses, claro que tudo isto antes da mais hegemónica das primazias, hoje exercida pelos Estados Unidos. A ideia de decadência foi, sobretudo, uma construção dos estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e dos liberais do século XIX. Os estrangeirados, no confronto com o passado dos séculos XV e XVI, assinalam a perda de projecção na Europa e no Ultramar; no confronto com os parceiros europeus mais poderosos, assinalam o atraso da sociedade portuguesa. Todavia, jamais reconhecem a excepcionalidade da conjuntu-

² J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*, Porto, Clássica Editora, 1988, pp. 109-110.

ra quatrocentista, que explica o pioneirismo da nossa expansão marítima, e a extrema pequenez de Portugal, face aos estados da Europa ocidental e atlântica, que impede o alcance de uma posição cimeira. Os liberais tentam a regeneração do País. Porém, o rotundo falhanço acarreta uma profunda frustração. Para se eximirem a tamanha responsabilidade, imputam culpas ao passado, designadamente o primado do Absolutismo, que retira iniciativa à sociedade, e a prioridade do Ultramar, que origina o desprezo do Reino. A ideia de decadência é tão forte que, no século XX, resiste inclusivamente à impostura do Estado Novo, quando os propósitos de consolidação de um regime anquilosado e de união de um império anacrónico apresentam a história de Portugal como um catálogo de personagens, votadas à prática do heroísmo e da piedade.

A ideia de decadência radica no facto de, no século XV, termos sido a “cabeça da Europa”. A ideia de decadência radica no facto de, no século XXI, nos encontrarmos na “cauda da Europa”. Bom seria, entretanto, que nos lembrássemos que, hoje, mesmo a cauda da Europa já pertence à “cabeça do mundo”. É certo que isto não significa qualquer garantia absoluta, mas sempre constitui uma oportunidade explorável. Se assim pensássemos, talvez então, com menor dramatismo e com maior sucesso, pudéssemos evoluir daquilo que pensamos que somos, e talvez não sejamos tanto, isto é, pequenos, pobres e tradicionalistas, para aquilo que queremos ser, e que nunca seremos por completo, isto é, grandes, ricos e cosmopolitas.

Mesmo na era dita da decadência, o mar foi sempre a justificação das magnas decisões da história de Portugal. Em 1580, da União Ibérica. Em 1807, da transferência da corte para o Brasil. Entre 1961 e 1974, do excessivo prolongamento da guerra colonial.

3. O mar na história dos Açores

Sempre por força do mar, na história de Portugal, os Açores desempenharam papéis decisivos. Um papel emblemático, em defesa da soberania, um papel determinante, em prol da expansão, um papel de reacção, contra a ideia de decadência.

Começemos pelo papel emblemático dos Açores na história de Portugal. Em finais do século XVI, por um período de três anos, entre 1580 e 1583, os Açores prolongaram a existência de Portugal, por acção do patriotismo dos terceirenses, mas também devido à relevância do mar,

que dificulta a conquista filipina e suscita o auxílio aos adversários de Espanha. No começo do século XIX, os Açores ensaiaram a libertação de Portugal. De novo por influência do mar, a Terceira acolhe os exilados liberais, que derrotam a armada miguelista, e S. Miguel serve de ancoradouro à expedição de D. Pedro, antes do assalto ao continente.

Passemos ao papel determinante dos Açores na história de Portugal. Pela primeira vez, as ilhas cumprem expectativas económicas portuguesas e europeias, que originam a expansão ultramarina. São também as ilhas que fazem a experimentação dos modelos e das estratégias da ocupação do Além-Mar. Acima de tudo, são as ilhas que constituem o esteio das carreiras marítimas, dada a utilidade estratégica nas conexões entre a Europa, a África, o Oriente e o Novo Mundo. Com os Açores, Portugal cumpre melhor a epopeia dos descobrimentos. Por isso, em 1581, frei Simão de Barros, terceirense e adepto do Prior do Crato, ao solicitar apoio militar à rainha de Inglaterra, afirma que “...a importancia desta terra é tão grande que ousou dizer que sem na ter por si el-rei de Portugal não poderá ser rei do seu Reino, que tendo el-rei Filipe contra si não será rei seguro nem ainda do Reino de Castela. Esta é a chave de toda a navegação de Espanha e quem a tiver não tem necessidade de ir a Índias nem de passar ao mar do sul...”³.

Falemos então do papel de reacção dos Açores na história de Portugal. Como é sabido, o declínio de Portugal nos mares gera repercussões negativas nos Açores, já que pelo menos transitariamente a correlação euro-atlântica desvaloriza a escala açoriana. Não admira, pois, que Francisco Ferreira Drummond, sobre parte significativa dos séculos XVII e XVIII, escreva que “...nos livros de notas dessa idade fatal se encontram inumeráveis escrituras de bens livres e vinculados, não havendo quase família por mais abastada que fosse que não alienasse grande parte dos seus fundos, para se ver livre das violentas opressões da justiça...”⁴. A decadência portuguesa nos mares gera, no século XIX, a ideia do abandono dos Açores pelo governo de Portugal. Aliás, em 1891, Montalverne de Sequeira proclama: “...ou seremos portugueses a valer para todos os efeitos, ou havemos de procurar quem nos abrigue, quem nos perfilhe, quem

³ David B. Quin, *England and the Azores 1581-1582: three letters*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1979, p. 13.

⁴ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores* (ms), fl. 19. Este documento encontra-se já publicado, com estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite.

nos faça prosperar”⁵. O resultado consiste na difusão do princípio da “livre administração dos Açores pelos açorianos”, que se encontra na génese da Autonomia, cujos movimentos e conquistas eclodem em 1895, 1928 e 1974-76. Após o trauma da perda do Brasil, que corresponde à extinção do império americano, após a humilhação do *ultimatum* inglês, que questiona o império africano, a conquista da Autonomia é também uma reacção contra o colapso da Regeneração. Ainda hoje, a Autonomia, que é um factor de desenvolvimento regional, não deixa de ser um motivo de reflexão sobre um Estado que, embora pequeno, ainda não encontrou, por completo, o melhor sentido da sua organização.

4. O Portugal de hoje

Temos sempre a convicção de que o nosso tempo é um tempo determinante. Todas as gerações consideram que vivem em épocas de transição, entre o fim de um mundo velho e o começo de um mundo novo. Nós pensamos da mesma maneira! Creio que até com razão! Após um nascimento sofrido, um apogeu fugaz e uma decadência longa, encontramos-nos no tempo do retorno. Mais concretamente, no tempo do retorno à Europa que nos gerou. O retorno de Portugal à Europa, mais do que uma incidência da revolução portuguesa de 1974, é um projecto multissecular, considerado a antítese da decadência. Aliás, os estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e os liberais do século XIX, quando deploram o atraso de Portugal, anseiam pela integração na Europa. Porém, a vã ilusão das riquezas sobrepôs-se teimosamente ao trabalho sistemático e monótono, motivando o prolongamento da prioridade ultramarina. Ao Ultramar, tivemos o mérito de sermos os primeiros a chegar. Do Ultramar, tivemos o demérito de sermos os últimos a partir. Fomos, de certa forma, o avesso da Europa.

No termo da década de 1960, há um desfasamento jamais visto entre Portugal e a Europa. Na altura, a emigração, em vez de promover o nivelamento social, resultante da harmonização da oferta com a procura de emprego, provoca a cristalização de estruturas e de comportamentos sociais, ditando a persistência de diferenças e de desigualdades, que pro-

⁵ Francisco D’Athayde Machado de Faria e Maia, *Novas Páginas da História Micaelense (Subsídios para a História de S. Miguel) 1832-1895*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, p. 361.

vocam a eternização da miséria. Após a morte de Salazar, a ascensão de Marcelo Caetano corresponde à interiorização de um sentimento de crise e à convicção da necessidade da regeneração. A ter existido, o marcelismo foi o império da ambiguidade, foi uma cruzada inglória pela união de contrários, pela conciliação do inconciliável, concretamente a renovação e a continuidade. A direita aceitou a alteração do acessório, no fito da manutenção do essencial. A esquerda alimentou a expectativa de que a mudança superasse as promessas e a própria vontade do Presidente do Conselho. A prazo, todos se sentiram enganados! O resultado foi a continuação do impasse e a inevitabilidade da ruptura, que sucedeu na madrugada de 25 de Abril de 1974.

“Movimento dos Capitães” e “Revolução dos Cravos” são expressões demasiado redutoras, para caracterizarem o 25 de Abril de 1974, que originou a transformação do carácter do País. A consequência imediata da mudança foi a instabilidade política e a agitação social, inclusivamente o desrespeito pelo Direito, apesar de um dos propósitos do movimento revolucionário residir na necessidade de construção de um Estado de Direito. Porém, o mesmo sucedera em eras capitais da história de Portugal. Em 1820, com a instauração do Liberalismo. Em 1910, com a implantação da República. Hoje, com a conquista da estabilidade política, apenas sujeita às crises próprias da Democracia, tudo valeu a pena! Valeu a pena a instauração da Liberdade, porque era indispensável. Valeu a pena o processo da Descolonização, porque era inevitável. Valeu a pena a adesão à Comunidade Europeia, por ter sido a garantia da democracia política e do progresso económico. Após um período de transição, de 1974 a 1976, entre a Revolução e a Constituição, e um tempo de consolidação, entre 1976 e 1986, onde pontificam a entrada em funcionamento das instituições e a alternância do poder, em 1986, entramos numa era de maturidade democrática, com a eleição do 1º Presidente da República civil e a adesão à então Comunidade Económica Europeia. A partir daí, sentimos que há uma missão que se altera; sentimos que há um povo que se transfigura.

A integração na União Europeia equivale a um tempo novo. Durante cerca de 8 séculos, fizemos a rejeição da Europa. Entre os séculos XI e XIV, a rejeição da Europa foi o instrumento da conquista da nossa individualidade. Entre os séculos XV e XX, a rejeição da Europa transformou o Ultramar na essência de Portugal. Por isso, é importante compreender a Europa. A União Europeia é também uma espécie de construção contra a própria Europa, porque durante milhares de anos os povos europeus cultivaram mais as diferenças do que as semelhanças. Sem unidade geo-

gráfica, já que é parte da colossal Euroásia, e sem unidade religiosa e cultural, já que o cristianismo não ofusca por completo o judaísmo e o islamismo, a civilização europeia é talvez uma ficção. Do mesmo modo, o espírito europeu, tido por ocidental, tem raízes profundamente orientais.

A actual União Europeia é ainda jovem. Possui cerca de 50 anos. Nasceu ainda titubeante sobre os destroços da 2ª guerra mundial, por acção de meia dúzia de países da Europa ocidental, que tornou a democracia em expressão da política. Fortaleceu-se muito recentemente sobre as ruínas do bloco comunista, apostando na reconciliação de partes desavindas, dadas as incidências político-militares da guerra fria. Oxalá que isto seja a garantia de que a unidade da Europa se fará sobre a diversidade da Europa, para que tal como queria Jean Monet, além da coligação dos estados, façamos a união dos homens. A história da União Europeia é, entretanto, a história da reconstrução, do fortalecimento e do triunfo da Europa. É de triunfo que se trata, quando a Turquia, uma potência extra-europeia, nas acepções geográfica e cultural mais comuns, solicita um ingresso. É de triunfo que se trata, quando os países do Magrebe, 50 anos após a luta contra a colonização europeia, também solicitam um ingresso, invocando os laços identitários urdidos pela própria colonização europeia. É de triunfo que se trata, quando todos os pretendentes encaram a adesão como factor de desenvolvimento.

O triunfo de Portugal na Europa é o maior desafio da nossa geração. Para tanto, possuímos o mar. Para tanto, possuímos os Açores, que são bem capazes de dar continuidade à missão universalista, condizente com as histórias de Portugal e da Europa.

Nos Açores, possuímos uma vivência de 5 séculos, muito afastados dos continentes, que ficam longe, inclusivamente muito afastados uns dos outros, apesar de estarmos perto. A consequência de tudo isto foi a criação de mentalidades ilhoas, que oxalá a Autonomia converta em identidade açoriana. Ademais, a maldição do isolamento motivou o afastamento dos Açores do convívio das civilizações, apesar da revolução das técnicas. Somos, por isso, merecedores do epíteto de região ultraperiférica, cujo desenvolvimento demanda a solidariedade da União Europeia.

Nos Açores, possuímos uma vivência de 5 séculos de correspondência intercontinental e de cooperação multicultural. As ilhas foram porto de exportação de padrões civilizacionais europeus, que obtiveram difusão por todo o Mundo. As ilhas foram porto de acolhimento de novas concepções de vida, que alteraram os pensamentos e as atitudes dos europeus. Enquanto agentes da primitiva globalização e escala tradicional da

correlação transoceânica, os Açores conferiram, e ainda conferem, à Europa a dimensão atlântica. Por tudo isto, na União Europeia, podemos muito bem ter uma cultura de exigência, já que tudo o que recebermos em cooperação económica pode ser recompensado com projecção marítima.

5. Os Açores de hoje

Após o 25 de Abril, se a Europa é o maior projecto de Portugal, já nos Açores a Autonomia é o nosso verdadeiro projecto. Como as demais crises da sociedade portuguesa contemporânea, o 25 de Abril de 1974 gerou o avigoramento da ideia autonómica, caracterizado pela oposição a práticas centralistas, que impediam a representação política e asfixiavam o desenvolvimento económico, e pela luta em favor da institucionalização do princípio da “livre administração dos Açores pelos açorianos”, uma dupla decorrência: das especificidades insulares, que configuram a existência de uma verdadeira identidade, e das aspirações sociais históricas, das elites do passado, também dos cidadãos de hoje. A Constituição da República Portuguesa consagrou o princípio da “livre administração dos Açores pelos açorianos”. Porém, há ainda muito a fazer! No País, um esforço de explicação, que demonstre a compatibilidade entre a Autonomia dos Açores e a unidade de Portugal, indispensável na remoção de desconfianças e de malquerenças. Na Região, um esforço de concretização, para que a letra da lei se converta em corpo da realidade. De facto, as nossas vivências insulares sobrepõem o isolamento e a diferença à união e à afinidade. A Autonomia é, entretanto, a construção da unidade dos Açores, quase que um dom de Deus, inacessível ao engenho do Homem.

A conquista da Autonomia fez-se na dimensão nacional. Porém, hoje, o epicentro da Autonomia não está em Lisboa. A capital não é, nem a “casa do Bem”, nem a “casa do Mal”, como, por exemplo, fazem crer os opositores políticos. Agora, o êxito da Autonomia tem de buscar-se nas dimensões regional e internacional. Internamente, impõe-se a conciliação entre a unidade política e a descentralização administrativa, isto é, a conciliação entre a ilha, que é uma obra da natureza, e o arquipélago, que é um produto da civilização. Externamente, há que fazer a exploração das potencialidades do mar, afinal a maior reserva da Humanidade. Para nós, o mar também é Autonomia; a Autonomia também está no mar.

No dia de Portugal, a discussão da Autonomia dos Açores levanta o velho problema dos seus verdadeiros limites. Enfrentemos a questão

sem preconceitos! Fixemos efectivamente o limite da nossa Autonomia, para que de uma vez por todas cessem as disputas. Que o limite da Autonomia seja a vontade popular!

Se dúvidas houver sobre o patriotismo e a sabedoria populares, atentemos de novo nas lições da história! No princípio da década de 1580, aqui ao lado, nos campos da Salga, não foi o povo que prolongou a existência de Portugal? Em 1829, um pouco mais além, na baía da Praia, não foi o povo que ajudou a conter o Despotismo, em benefício da Liberdade? Em 1969, na cidade de Ponta Delgada, não foi o povo que, pela força do voto, denunciou a Ditadura? Após a institucionalização da Autonomia em 1976, não foi o povo que assegurou a alternância dos governos, como que a relembrar que a transitoriedade do poder é a sua melhor qualidade? E, nos nossos dias, não é o povo que pelo exercício da crítica desperta consciências? Não é o povo que denuncia o divórcio entre eleitores e governantes, traduzido em défice de participação, afinal o único défice verdadeiramente preocupante em Democracia?

Confiemos neste Povo!

Povo dos Açores!

Povo de Portugal!